

# Relatório Anual 2016

## Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP

Diretoria Executiva de Administração e Finanças  
Superintendência de Operações Administrativas  
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moínhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Associados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP  
Cambará - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 20 de Abril de 2016, que não continha qualquer modificação.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/F-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>	<b>227.136</b>	<b>233.155</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>123.152</b>	<b>127.166</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	3.785	6.386	DEPÓSITOS (NOTA 11)	56.385	45.809
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	102.467	101.754	Depósitos à Vista	39.425	30.620
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	4	Depósitos a Prazo	16.960	15.189
Tesouro Nacional–Recursos Crédito Rural	-	70	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	43.615	54.989
Correspondentes no país	282	311	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	2
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	102.183	101.369	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	43.613	54.987
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	101.776	109.071	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	300	315
Operações de Crédito	113.558	121.388	Recursos em Trânsito de Terceiros	300	315
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.782)	(12.317)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	4.360	10.178
OUTROS CRÉDITOS	14.031	12.168	Empréstimos País - Outras Instituições	4.360	10.178
Créditos por Avais e Fianças Honrados	328	96	OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.492	15.875
Rendas a Receber	993	1.351	Cobrança e Arrecadação de Tributos	49	33
Diversos (NOTA 07)	13.051	10.972	Sociais e Estatutárias	714	142
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(341)	(251)	Fiscais e Previdenciárias	1.296	1.146
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	5.077	3.776	Diversas (NOTA 14)	16.433	14.554
Outros Valores e Bens	5.816	5.006			
(Provisão para desvalorização)	(786)	(1.335)			
Despesas Antecipadas	47	105			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>48.432</b>	<b>46.318</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>112.558</b>	<b>113.213</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.830	22.969	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	112.558	113.213
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	974	521	DEPÓSITOS (NOTA 11)	110.174	109.712
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	974	521	Depósitos a Prazo	110.174	109.712
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	22.348	22.340	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	2.384	3.501
Operações de Crédito	28.178	25.640	Repasse Interfinanceiros	2.384	3.501
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.830)	(3.300)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	508	108			
Diversos	511	108			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3)	-			
PERMANENTE	24.602	23.349	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>39.858</b>	<b>39.094</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.746	12.746	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	29.989	30.681
Outros Investimentos	12.746	12.746	De Domiciliados no País	30.049	30.735
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	8.160	7.336	(Capital a Realizar)	(60)	(54)
Imóveis de Uso	3.014	3.005	RESERVAS DE SOBRAS	9.562	17.210
Outras Imobilizações de Uso	9.551	8.425			
(Depreciação acumulada)	(4.405)	(4.094)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	307	(8.797)
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.696	3.267			
Outros Ativos Intangíveis	6.565	5.557			
(Amortização acumulada)	(2.869)	(2.290)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>275.568</b>	<b>279.473</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>275.568</b>	<b>279.473</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Parapanema - Sicredi Parapanema PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	(Não Auditado)						(Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>29.575</b>	<b>2</b>	<b>29.577</b>	<b>56.402</b>	<b>6</b>	<b>56.408</b>	<b>41.791</b>	<b>3</b>	<b>41.794</b>
Operações de Crédito	29.501	2	29.503	56.279	6	56.285	41.746	3	41.749
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	62	-	62	103	-	103	17	-	17
Resultado das Aplicações Compulsórias	12	-	12	20	-	20	28	-	28
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(14.129)</b>	<b>(210)</b>	<b>(14.339)</b>	<b>(31.866)</b>	<b>(397)</b>	<b>(32.263)</b>	<b>(32.467)</b>	<b>(493)</b>	<b>(32.960)</b>
Operações de Captação no Mercado	(7.359)	(25)	(7.384)	(14.535)	(38)	(14.573)	(12.569)	(32)	(12.601)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.918)	(185)	(2.103)	(4.524)	(359)	(4.883)	(4.531)	(461)	(4.992)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.852)	-	(4.852)	(12.807)	-	(12.807)	(15.367)	-	(15.367)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>15.446</b>	<b>(208)</b>	<b>15.238</b>	<b>24.536</b>	<b>(391)</b>	<b>24.145</b>	<b>9.324</b>	<b>(490)</b>	<b>8.834</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(15.174)</b>	<b>1.429</b>	<b>(13.745)</b>	<b>(24.425)</b>	<b>3.076</b>	<b>(21.349)</b>	<b>(18.838)</b>	<b>3.588</b>	<b>(15.250)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.142	3.770	4.912	2.285	7.279	9.564	2.838	6.290	9.128
Rendas de Tarifas Bancárias	2.583	-	2.583	5.144	1	5.145	3.502	3	3.505
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.353)	(811)	(9.164)	(15.908)	(1.324)	(17.232)	(14.616)	(1.443)	(16.059)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(8.473)	(1.084)	(9.557)	(16.707)	(1.853)	(18.560)	(13.972)	(1.941)	(15.913)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(48)	(361)	(409)	(98)	(698)	(796)	(59)	(659)	(718)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	11.707	359	12.066	22.298	469	22.767	15.824	2.186	18.010
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(13.732)	(444)	(14.176)	(21.439)	(798)	(22.237)	(12.355)	(848)	(13.203)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>272</b>	<b>1.221</b>	<b>1.493</b>	<b>111</b>	<b>2.685</b>	<b>2.796</b>	<b>(9.514)</b>	<b>3.098</b>	<b>(6.416)</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>39</b>	<b>(3)</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>(737)</b>	<b>(3)</b>	<b>(740)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>302</b>	<b>1.230</b>	<b>1.532</b>	<b>108</b>	<b>2.695</b>	<b>2.803</b>	<b>(10.251)</b>	<b>3.095</b>	<b>(7.156)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(405)</b>	<b>(405)</b>	<b>-</b>	<b>(993)</b>	<b>(993)</b>	<b>-</b>	<b>(987)</b>	<b>(987)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(226)	(226)	-	(567)	(567)	-	(594)	(594)
Provisão para Contribuição Social	-	(179)	(179)	-	(426)	(426)	-	(393)	(393)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>302</b>	<b>825</b>	<b>1.127</b>	<b>108</b>	<b>1.702</b>	<b>1.810</b>	<b>(10.251)</b>	<b>2.108</b>	<b>(8.143)</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.424</b>	<b>(1.424)</b>	<b>-</b>	<b>2.108</b>	<b>(2.108)</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>302</b>	<b>825</b>	<b>1.127</b>	<b>1.532</b>	<b>278</b>	<b>1.810</b>	<b>(8.143)</b>	<b>-</b>	<b>(8.143)</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.225)</b>	<b>(278)</b>	<b>(1.503)</b>	<b>(654)</b>	<b>-</b>	<b>(654)</b>
Fates - Estatutário	-	-	-	(76)	-	(76)	-	-	-
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(278)	(278)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(1.149)	-	(1.149)	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(654)	-	(654)
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>307</b>	<b>-</b>	<b>307</b>	<b>(8.797)</b>	<b>-</b>	<b>(8.797)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP  
CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2015</b>	<b>29.744</b>	<b>16.556</b>	<b>-</b>	<b>46.300</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.051	-	-	2.051
Baixas de capital	(1.114)	-	-	(1.114)
Resultado do período	-	-	(8.143)	(8.143)
Destinações	-	-	-	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	654	(654)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2015</b>	<b>30.681</b>	<b>17.210</b>	<b>(8.797)</b>	<b>39.094</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>937</b>	<b>654</b>	<b>(8.797)</b>	<b>(7.206)</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>30.681</b>	<b>17.210</b>	<b>(8.797)</b>	<b>39.094</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	643	-	-	643
Baixas de capital	(1.335)	-	-	(1.335)
Reversões de reservas	-	(8.797)	8.797	-
Resultado do período	-	-	1.810	1.810
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(76)	(76)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(278)	(278)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.149	(1.149)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>29.989</b>	<b>9.562</b>	<b>307</b>	<b>39.858</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(692)</b>	<b>(7.648)</b>	<b>9.104</b>	<b>764</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)</b>	<b>30.188</b>	<b>8.413</b>	<b>683</b>	<b>39.284</b>
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	250	-	-	250
Baixas de capital	(449)	-	-	(449)
Resultado do período	-	-	1.127	1.127
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(76)	(76)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	(278)	(278)
Reserva Legal - Estatutária	-	1.149	(1.149)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>29.989</b>	<b>9.562</b>	<b>307</b>	<b>39.858</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>(199)</b>	<b>1.149</b>	<b>(376)</b>	<b>574</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP**  
**CNPJ/MF nº 79.086.997/0001-02**

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>625</b>	<b>4.647</b>	<b>(222)</b>
Resultado do semestre/exercício	1.127	1.810	(8.143)
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(502)</b>	<b>2.837</b>	<b>7.921</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(489)	1.995	4.050
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(559)	(549)	1.211
Provisão para desvalorização de outros créditos	113	93	102
Depreciação do imobilizado de uso	707	1.359	1.297
Amortização do intangível	314	579	500
Baixas do ativo permanente	97	116	10
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(30)	(612)	1.036
Destinações ao FATES	(355)	(355)	-
Dividendos SicrediPar	(300)	211	(285)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(13.194)</b>	<b>(2.435)</b>	<b>28.978</b>
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(62)	(453)	(517)
Redução em relações interfinanceiras ativas	2.289	2	45
Redução em créditos vinculados	264	70	85
Redução em relações com correspondentes	22	29	114
Redução em operações de crédito	8.434	5.292	7.918
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(11.865)	(12.491)	815
(Aumento) em outros créditos	(1.245)	(2.566)	(2.393)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	168	(752)	(1.378)
Aumento (Redução) em depósitos	(13.173)	11.038	21.638
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(110)	(15)	41
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	242	(5.818)	284
Aumento em outras obrigações	1.842	3.229	2.326
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(12.569)</b>	<b>2.212</b>	<b>28.756</b>
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.160)	(2.299)	(890)
Aplicações no Intangível	(189)	(1.008)	(1.427)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(1.349)</b>	<b>(3.307)</b>	<b>(2.317)</b>
Integralização de capital	250	643	2.051
Baixa de capital	(449)	(1.335)	(1.114)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(199)</b>	<b>(692)</b>	<b>937</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(14.117)</b>	<b>(1.787)</b>	<b>27.376</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	120.085	107.755	80.379
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	105.968	105.968	107.755

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/02/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentados em 31 de dezembro de 2015 na Nota 09, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, e na Demonstração do Fluxo de Caixa foi efetuada a reclassificação dos valores referentes a variação das aplicações interfinanceiras de liquidez, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
<b>Ativo circulante</b>	<b>233.226</b>	<b>(71)</b>	<b>233.155</b>
OUTROS CRÉDITOS	12.239	(71)	12.168
Diversos	11.043	(71)	10.972
<b>Ativo Não circulante</b>	<b>46.247</b>	<b>71</b>	<b>46.318</b>
OUTROS CRÉDITOS	37	71	108
Diversos	37	71	108
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(15.250)</b>	<b>-</b>	<b>(15.250)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	9.295	(167)	9.128
Rendas de Tarifas Bancárias	3.338	167	3.505

<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>29.495</b>	<b>(517)</b>	<b>28.978</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>29.273</b>	<b>(517)</b>	<b>28.756</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(2.834)</b>	<b>517</b>	<b>(2.317)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 06 de fevereiro de 2017.

### **NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

#### **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira**

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

#### **e) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **f) Provisão para operações de crédito**

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **h) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **i) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de Uso e Intangível” item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

#### j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível" item "b".

#### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

#### o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	3.785	6.386
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	102.183	101.369
Total	105.968	107.755

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	974	521
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	974	521
Total realizável a longo prazo	974	521

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	65.835	24.029	89.864	81.543
Financiamentos	2.773	1.702	4.475	5.024
Financiamentos rurais e agroindustriais	44.950	2.447	47.397	60.461
Carteira total	113.558	28.178	141.736	147.028

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	328	-	328	96
Devedores por compra de valores e bens	197	510	707	99
Títulos e créditos a receber (i)	8.358	-	8.358	7.099
Total	8.883	510	9.393	7.294

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	-	11	-	-
Nível A	0,50	89.215	87.529	446	438
Nível B	1,00	25.550	28.890	256	289
Nível C	3,00	7.586	9.253	228	278
Nível D	10,00	6.337	8.799	634	880
Nível E	30,00	4.930	4.983	1.479	1.495
Nível F	50,00	4.066	3.903	2.033	1.951
Nível G	70,00	1.885	1.665	1.320	1.166
Nível H	100,00	11.560	9.289	11.560	9.289
Total (i)		151.129	154.322	17.956	15.786

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 0,00 (2015 - R\$ 82).

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2016				Total da Carteira	2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.182	24.807	31.062	21.303	83.354	69.187
Rural	1.277	5.700	37.973	2.447	47.397	60.461
Industrial	53	679	299	239	1.270	2.763
Comércio	534	5.515	2.923	2.599	11.571	15.219
Outros Serviços	363	2.915	2.159	2.100	7.537	6.692
Total	8.409	39.616	74.416	28.688	151.129	154.322

**d) Concentração das operações de crédito**

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	11.809	7,81	9.572	6,20
50 devedores seguintes	26.276	17,39	21.827	14,14
100 devedores seguintes	23.213	15,36	25.169	16,31
Demais	89.831	59,44	97.754	63,34
Total	151.129	100	154.322	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2016	2015
Saldo inicial	15.868	11.716
Constituição de provisão	12.807	15.367
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.719)	(11.215)
Saldo final	17.956	15.868

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 10.330 (2015 - R\$ 1.733), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.991 (2015 - R\$ 15.279).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	67	113
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.757	1.422
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	11
Devedores por compra de valores e bens	197	64
Devedores por depósitos em garantia	1.713	1.809
Impostos e contribuições a compensar	75	14
Títulos e créditos a receber	8.358	7.097
Valores honrados	184	180
Cotas de consórcio	129	9
Operações com cartões	17	24
Pendências a regularizar	45	152
Outros	509	77
Total Circulante	13.051	10.972

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1	71
Devedores por compra de valores e bens	510	35
Títulos e créditos a receber	-	2
Total realizável a longo prazo	511	108

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2016	2015
Bens não de uso próprio	5.816	5.006
Imóveis	5.196	3.303
Veículos e afins	183	84
Máquinas e equipamentos	60	-
Bens em regime especial	377	1.619
Despesas antecipadas	47	105
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(786)	(1.335)
Total Circulante	5.077	3.776

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 786 (2015 - R\$ 1.335) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.116	6.116
Sicredi Participações S.A.	6.629	6.629
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	12.746	12.746

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	<b>2.147.003 ON</b> <b>4.482.384 PN</b>	2.147.003 ON 4.482.384 PN	<b>1</b> <b>Quotas</b>	1 Quotas	<b>6.115.989</b> <b>Quotas</b>	6.115.989 Quotas
Percentual de participação	<b>0,76%</b>	0,82%	<b>0,63%</b>	0,72%	<b>3,85%</b>	3,96%
Capital social	<b>869.279</b>	804.351	<b>165</b>	138	<b>159.866</b>	154.526
Patrimônio líquido	<b>911.739</b>	859.843	<b>204.709</b>	193.717	<b>161.330</b>	155.966
Lucro líquido do exercício	<b>41.442</b>	62.381	<b>10.965</b>	3.676	-	-
Valor do investimento	<b>6.629</b>	6.629	<b>1</b>	1	<b>6.116</b>	6.116

#### NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	<b>12.565</b>	<b>(4.405)</b>	<b>8.160</b>	7.336
Imobilizações em curso	-	<b>454</b>	-	<b>454</b>	82
Terrenos	-	<b>321</b>	-	<b>321</b>	321
Edificações	<b>4%</b>	<b>2.693</b>	<b>(548)</b>	<b>2.145</b>	2.349
Instalações	<b>10%</b>	<b>3.366</b>	<b>(1.201)</b>	<b>2.165</b>	1.824
Móveis e equipamentos de uso	<b>10%</b>	<b>2.413</b>	<b>(955)</b>	<b>1.458</b>	1.309
Sistema de comunicação	<b>10%</b>	<b>154</b>	<b>(70)</b>	<b>84</b>	92
Sistema de processamento de dados	<b>20%</b>	<b>2.172</b>	<b>(1.259)</b>	<b>913</b>	761
Sistema de segurança	<b>10%</b>	<b>508</b>	<b>(213)</b>	<b>295</b>	311
Sistema de transporte	<b>20%</b>	<b>484</b>	<b>(159)</b>	<b>325</b>	287
Intangível (i)	<b>5% a 15%</b>	<b>6.565</b>	<b>(2.869)</b>	<b>3.696</b>	3.267
Investimentos Confederação		<b>6.565</b>	<b>(2.869)</b>	<b>3.696</b>	3.267
<b>Total</b>		<b>19.130</b>	<b>(7.274)</b>	<b>11.856</b>	10.603

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

#### NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	<b>39.425</b>	-	-	<b>39.425</b>	30.620
Depósitos a prazo	<b>10.092</b>	<b>6.868</b>	<b>110.174</b>	<b>127.134</b>	124.901
<b>Total</b>	<b>49.517</b>	<b>6.868</b>	<b>110.174</b>	<b>166.559</b>	155.521

#### NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	<b>43.613</b>	54.987
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	<b>43.613</b>	54.987
<b>Total circulante</b>	<b>43.613</b>	54.987
Recursos do Crédito Rural	<b>2.384</b>	3.501
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	<b>2.384</b>	3.501
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>2.384</b>	3.501

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/10/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	4.360	10.178
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	4.360	4.610
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	5.568
Total circulante	4.360	10.178

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 22/03/2017.

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	-	451
Obrigações por convênios oficiais	14	6
Provisão para pagamentos a efetuar	2.591	2.327
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	1.883	2.495
Provisão para coobrigações (i)	1.702	998
Pendências a regularizar	252	1.728
Operações com cartões	7.977	5.317
Demais fornecedores	879	504
Credores diversos	1.135	728
Total circulante	16.433	14.554

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	2.465	956	(1.593)	1.828
Cível	30	43	(18)	55
Total	2.495	999	(1.611)	1.883

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	1.828	2.465
Cível	Provável	55	30
Total		1.883	2.495

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 0 e R\$ 981 (2015 - R\$ 189 e R\$ 304), respectivamente.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	29.989	30.681
Total de associados	35.434	34.360

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa reduziu seu capital social no montante de (R\$ 692) (aumento em 2015 – R\$ 937), sendo R\$ 643 (2015 – R\$ 2.051), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.335 (2015 – R\$ 1.114).

**b) Destinações**

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Paranapanema - Sicredi Paranapanema PR/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 75% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

### c) Resultados acumulados

Conforme estabelece a Carta-Circular 3.300 (CMN) de 27/02/2008, apresentamos abaixo a composição, a forma e o prazo de compensação das perdas relativas aos exercícios anteriores:

Composição	Valor	
Perdas do exercício de 2015	(8.797)	
Perdas cobertas pela Reserva Legal	8.797	Conforme deliberação da AGO/2016
Sobras do exercício	307	Para deliberação em assembleia geral 2017
Total Sobras/Perdas	307	

Os resultados são distribuídos e apropriados conforme o Estatuto Social, normas do Bacen e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71 (Lei do Cooperativismo).

### NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	2.803	(7.156)
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(1.177)	3.006
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	35	34
Provisão resgate milhas cartão	3	40
Provisão de PPR	15	(3)
Receita com atos cooperativos	45	(4.100)
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	(214)
Outros	86	250
Subtotal	184	(3.993)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(993)	(987)

### NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

#### a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	974	521
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 4)	102.183	101.369
Outros Créditos - Rendas a receber	516	655
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.181	1.539
Investimentos (Nota 09)	12.746	12.746
Intangível (Nota 10)	3.696	3.267
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	45.996	58.488
Obrigações por empréstimos	4.360	4.610
Outras Obrigações - Diversas	7.841	6.911
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	103	17
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	2.068	108
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	16.277	13.714
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	4.883	4.992
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	725	555
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	8.316	7.649



**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	161	0,41%	235
Depósitos a prazo	1.069	0,84%	1.424
Operações de crédito	1.084	0,76%	171

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.088	1.787

**NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	1.973	874
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	15.414	12.530
Reversão de provisões operacionais	4.645	2.384
Outras rendas operacionais	735	2.222
Total	22.767	18.010

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	7.393	1.114
Contribuição O.C.E.	129	125
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	2.276	1.603
Contribuição Confederação Sicredi	4.340	4.661
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	1.063	888
Encargos da administração financeira	83	79
Repasse Administradora de Cartões	545	408
Outras provisões operacionais	2.967	522
Outras despesas operacionais	3.441	3.803
Total	22.237	13.203

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 18.560 (2015 - R\$ 15.913), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	23.216	27.235
Coobrigações em cessões de crédito	-	54
Total	23.216	27.289

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

## I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

## II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

## III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
<b>O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:</b>	36.527	37.176
Capital principal - CP	36.527	37.176
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	9.562	17.210
Lucros acumulados	307	-
Perdas não realizadas de ajustes de avaliação patrimonial	-	8.797
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.646	799
Total do capital qualificado	36.527	37.176
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	24.122	25.074
Índice sobre o PR considerando a RBAN	15,98%	16,43%
Situação para o limite de imobilização	10.209	9.804
Índice de imobilização (limite 50%)	27,95%	26,37%

### NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Adão Volmir Acosta Caraciolo  
Diretor Executivo  
CPF: 821.397.170-15

Gabriela Pardim Farias  
Diretora de Operações  
CPF: 049.933.829-44

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz  
Contador  
CRC: RS-071614/O-8  
CPF: 961.880.300-72